

Dispõe sobre o pagamento com cheque nos estabelecimentos comerciais e dá outras providências.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei disciplina a aceitação de cheque por estabelecimento comercial, bem como determina sanções ao seu descumprimento.

**Art. 2º** O estabelecimento comercial que se propuser a aceitar cheque como forma de pagamento somente poderá recusá-lo quando:

I – o nome do emitente do cheque figurar em cadastro de serviço de proteção ao crédito; ou

II – o consumidor não for o próprio emitente do cheque e titular da conta corrente à qual o título de crédito está vinculado.

Parágrafo único. O tempo de abertura de conta corrente constante do cheque não será oposto como motivo para sua recusa pelo estabelecimento comercial.

**Art. 3º** A aceitação de cheque como forma de pagamento restará configurada pela inexistência, no estabelecimento comercial, de informação clara e ostensiva sobre a recusa do referido título.

**Art. 4º** O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeita o estabelecimento infrator às penas contidas no art. 56 e seguintes da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**Art. 5º** É obrigatória a afixação desta Lei em todo estabelecimento comercial sediado no País, em local que permita total e fácil visibilidade por parte do consumidor.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias de sua publicação oficial.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 2018.

  
Senador Eunício Oliveira  
Presidente do Senado Federal